

Manifeste-se

DCE
Unicamp

“um jornal dos estudantes da Unicamp”
Diretório Central dos Estudantes da Unicamp -
Ano I, nº01 - Maio de 2006



Universidade

Editorial.	p.2
Reforma Universitária - história que não terminou.	p.3
Do questionamento da universidade de classes ao questionamento da sociedade de classes.	p.4
Novo Campus - como nós podemos avaliar?	p.5
Entrevista com Chico Miraglia - Universidade em tempos de crise:	
Financiamento	p.6
Extensão: um tripé meio cambeta da Universidade.	p.7
O descaso e o Acaso - o caso da Assistência Estudantil da Unicamp	p.8
Avaliação de Cursos.	p.9
O be-a-bá do financiamento.	p.9
Ensino Superior e Neoliberalismo.	p.10
Ciência e Tecnologia na Universidade.	p.11
Entrevista com Mazé	p.12

Editorial

Diante da profunda crise da universidade brasileira e as saídas conservadoras por parte dos governos e das reitorias, que muitas vezes nos atacam diretamente, tirando direitos que aprofundam a estrutura de poder pouco democrática destas instituições, que nos faltam com assistência estudantil, que nos negam o direito de decidir sobre os nossos cursos e a universidade, que precarizam as relações de trabalho com baixos salários e a terceirização, que privatizam a universidade e nos fazem engolir um inaceitável projeto de reforma universitária, nós estudantes precisamos nos MANIFESTAR.

No ano passado saímos as ruas para lutar por mais verbas para a educação e contra o veto do então governador Geraldo Alckmin. Aqui na Unicamp fizemos debates, assembleias e organizamos a nossa ida para São Paulo. Chegamos até a ocupar a Assembleia Legislativa, porém o veto se manteve. Na mesma época, as Universidades Federais entraram em greve por mais verbas públicas, ficando paralisadas por quase dois meses. Neste ano, a crise se estendeu para as particulares. A PUC-SP é o seu exemplo mais emblemático. Com uma gigantesca dívida bancária, a Igreja interviu na reitoria e demitiu 30% do quadro de docentes e funcionários. Resultado: greve e um incipiente grito pela estatização.

Esse quadro crítico das universidades se expressa de forma mais latente pela falta de financiamento. Na Unicamp, o reitor Tadeu Jorge, ao invés de exigir do Estado mais verbas para a educação, continua preferindo buscar a famosa "terceira via", de disponibilização de recursos públicos (humanos e

materiais) para a iniciativa privada - uma solução nociva para trazer dinheiro para a universidade.

Para piorar a situação, atual governo federal vem passando uma reforma universitária que em nada resolverá o quadro crítico que vivemos. Ao invés de criar novas universidades públicas, o governo Lula prefere isentar as universidades particulares de impostos em troca de vagas ociosas, através do PROUNI. Ao invés de aumentar o repasse, o governo regulariza a relação universidade-empresa, as famosas parcerias-público-privadas(PPP).

Mas para que tais medidas possam ser engolidas sem nenhum problema, é preciso que não haja resistência ou crítica. Aqui na Unicamp, perdemos o direito de realizar as nossas eleições discentes para o CONSU. Diminuem o número de bolsas de assistência estudantil. Fazem uma ampliação de vagas inconsequente, sem recursos e estrutura suficientes, como a do novo campus de Limeira. Dentre muitos outros exemplos que poderíamos citar.

Este jornal surge desta necessidade dos estudantes se MANIFESTAREM. Aprovado em nossa última assembleia geral, ele tem como propósito ser um espaço de discussão e reflexão sobre a universidade e a sociedade como um todo, contemplando uma diversidade de posições. Nesta edição, escolhemos como tema a Universidade. Leia-o, e venha também MANIFESTAR-SE!

Ah, então eu também vou mandar o meu texto!!!

Expediente

Diagramação:

Rodrigo A. Nascimento "Digão"
rodrigotutao@yahoo.com.br

Sala de Comunicação do DCE
email: dceunicamp@gmail.com

Participe das reuniões da Comissão do Jornal do DCE. As reuniões ainda não são fixas, mas você pode entrar em contato por:

jornalmeunicamp@yahoo.com.br

Campinas,
maio de 2006



p.02

O 1º Texto!

este foi o primeiro texto enviado para esta edição do Jornal, escrito por Débora Dias.

Nome fantasia

Débora Dias
(Ciências Sociais)

No bairro onde está localizada a faculdade na qual eu estudo existem várias imobiliárias, é um bairro que vive em função da universidade e está infestado de casas de aluguel que se tornam 'repúblicas' de estudantes sedentos pelas novas experiências que a universidade, tanto no seu viés acadêmico, quanto no seu viés estudantil vai oferecer. O aspecto acadêmico envolve discussões de pontos de vistas teóricos, salas de aulas e livros, o aspecto estudantil envolve festas, congressos, manifestações e cervejas. Até ai tudo bem, as coisas correm como deveriam correr e nada me incomoda, o que aconteceu outro dia foi que reparei em uma imobiliária, uma específica que ficava afastada da parte de 'Humanas' do campus e estava perto das faculdades de ciências médicas, tidas como as mais nobres e onde estudam os alunos mais endinheirados. Tal imobiliária não chamava atenção pela sua fachada, pelos carros que estavam na porta ou pelas pessoas que entravam lá, mas algo me incomodava seu nome, não que fosse um nome assustador ou muito feio, era simplesmente repugnante, tinha algo de óbvio e digno de repúdio. Chamava-se "Elite", a obviedade do nome não só me irritava como fazia com que sentisse verdadeiro arrepio, ao passar por aquela rua (e infelizmente tinha que passar por ela), a estampa no cartaz em verde fazia eu me lembrar não só que havia uma Elite que preponderava na Universidade em relação a imensa população da cidade, mas me lembrava também quão arrogante era este extrato social, este nome não só expunha uma divisão classista que enojava-me como era mesmo uma forma de celebração da condição de superioridade. Enquanto todas as outras imobiliárias usavam nomes fantasia aleatórios, que remetiam mesmo a um reino da fantasia, esta era realista, excessivamente realista e minha covardia talvez não me fornecesse armas naquele momento para enfrentar a dura realidade de que existiam alguns mais ricos e providos de bens materiais que outros, que mormente acabavam sendo também mais providos de bens imateriais como educação e cultura. Queria de alguma forma lutar contra aquilo, apesar de ter consciência da minha fragilidade, perante esta ordenação das coisas e a maldita imobiliária estava ali para lembrar-me quão vã era, não minha luta-visto que esta era inexistente- mas meu simples pensamento de que poderia haver por algum milagre inexplicável uma revolução inexplicável onde a elite se 'deselitizasse' e a massa popular não se tornasse elite mas tivesse poder sobre si mesma numa democracia perfeita e com iguais condições econômicas e sociais jamais vistas...é mas enquanto isto não acontecia a "Elite" continuava lá com seu luminoso a brilhar incessantemente e eu aqui esbravejando contra as paredes. Era triste saber que somos no Brasil uma república de bananas, com repúblicas de "Elite" em pequena proporção.

Cartas dos Leitores

Como ainda não tivemos leitores, já que esta é primeira edição, você está sendo um dos nossos leitores privilegiados! Por isso, mande seus comentários sobre os diferentes textos postados aqui. Envie também seu texto! Em breve divulgaremos o tema da próxima Edição.

Comentários para:

jornalmeunicamp@yahoo.com.br

Reforma Universitária: história que não terminou.

p.03

por Rodrigo A. Nascimento "Digão"
(Letras - CALL/ DCE Unicamp)

Universidade nas barbas do Tio Sam

A história da Reforma Universitária para muitos parece ter terminado. Mas para quem já está esfriando a barriga na sombra, vai o toque: **não terminou**. Alguns viram todo o processo passando e muitas vezes não pararam para se perguntar: "afinal, que Reforma é essa?". Pois é, a questão da Reforma Universitária parece recente, mas sua história é longa. A importância de uma Reforma Universitária é discutida desde os idos de 68, quando o Ministério da Educação, então sob a batuta da ditadura militar, conduziu uma proposta de reforma para o Ensino Superior marcada pelas diretrizes já em curso do *United States Agency for International Development* - a famosa Reforma MEC-USAID. Naqueles idos, para um governo dito nacional, escancarado por um torto patriotismo, o que se tinha como pano de fundo era um projeto tocado a todo vapor na América Latina, de entrega descarada de todo patrimônio nacional às mãos das grandes potências. E no nosso caso coube aderir à receita amistosa do maroto Tio Sam. Não custa dizer que Educação Pública também é patrimônio. E o modo como se estrutura deixa bem claro como ela vem sendo priorizada e a quem ela serve: uma Universidade, por exemplo, pode ser erguida com o objetivo de formar apenas a mão-de-obra qualificada (mais um trabalhador com diploma na mão, formado numa "Universidade-Escolão") ou ser mantida para articular Ensino, Pesquisa e Extensão, fazendo ciência de verdade, garantindo ensino de qualidade e pensando, constantemente, os problemas da sociedade. Para um país da periferia do sistema como o Brasil, a primeira opção estava mais do que suficiente: alastraram-se instituições privadas de ensino superior por todo o país.

Receita para confundir os estudantes

1968 foi o ano em que estudantes, intelectuais e trabalhadores saíram às ruas na defesa de uma Reforma Universitária que contemplasse reivindicações que continuam sendo históricas no Movimento Estudantil: garantia de ACESSO à Universidade, ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL plena, DEMOCRACIA nos órgãos internos de decisão da Universidade, FINANCIAMENTO maciço para ampliação e universalização do Ensino Superior, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO realmente comprometidos com os problemas da sociedade. Pois é, aí é que está a grande jogada: mais de 30 anos depois, volta à cena, durante um governo eleito sob as expectativas de transformação da grande maioria da população, o projeto de Reforma Universitária do Ensino Superior. E para quem está atento, ficou claro que o jogo representou uma grande bola de neve de decepções: a batuta continuou sendo a mesma, e quem ainda rege a orquestra da Economia e da Educação brasileiras é o mesmo maestro agora travestido numa roupa moderna: o *Banco Mundial*.

A coisa fica ainda mais gritante quando passamos a entender o golpe profundo aplicado por este governo no Movimento de Educação e no conjunto dos movimentos Sociais. Com uma carapuça "democrática", o governo Lula apropriou-se dessas bandeiras históricas do Movimento Estudantil e apresentou sua proposta de Reforma Universitária subvertendo totalmente nossas antigas reivindicações. Alguns grupos, a partir daí, resolveram seguir caminhos diferentes: os que se contentam com falsas migalhas e os que continuam a luta coerente por uma Universidade realmente pública, democrática, que amplie vagas com qualidade, e não forme apenas "escolões" destinados aos filhos dos pobres.

Mas entendamos melhor o que foi a Reforma Universitária. Podemos dizer que ela se estrutura em torno de cinco pilares: o PROUNI (Programa Universidade para todos), a Lei de Inovação Tecnológica, as Parcerias Público Privadas (PPPs), o SINAES/ ENADE (Avaliação) e o Anteprojeto de Reforma Universitária. Esses pilares tiveram a sua implantação feita da maneira mais vertical possível.

Mataram a Pau, de MP em MP.

O título parece estranho, mas a realidade é esta. Através de Medidas Provisórias, o governo federal implantou quatro dos cinco pilares da Reforma, restando, agora, o Anteprojeto de Lei, barrado nos Ministérios.

PROUNI - O Programa Universidade para todos subverte a reivindicação histórica de ACESSO igualitário ao Ensino Superior. Isentando as Universidades particulares de boa parte de seus impostos, o governo garante que as vagas REMANESCENTES dessas Universidades sejam preenchidas por quem não pode pagar uma mensalidade integralmente. Para se ter uma idéia, o que se deixa de arrecadar de impostos daria para DOBRAR o número de Universidades Federais existentes. Pior: o problema do abandono de vagas não é resolvido: os que já estudam e não podem pagar continuarão abandonando seus cursos.

SINAES/ ENADE - A avaliação é essencial numa Universidade: ela garante que as estruturas físicas, os currículos e os cursos estejam em constante discussão. O sistema proposto pelo governo continua deixando o foco da Avaliação no rendimento do estudante, ao invés de priorizar as condições educacionais de onde ele se encontra. Aliás, o ENADE mantém as mazelas do antigo PROVÃO: obrigatoriedade da prova, ranqueamento de universidades (uma pública pode aparecer com nota A ao lado de uma privada mesmo sabendo de suas claras diferenças), há premiação das melhores colocações, etc.

PPPs e Lei de Inovação Tecnológica - a Universidade precisa pesquisar constantemente e por em serviço da sociedade o avanço da produção de conhecimento. Com a Lei de Inovação Tecnológica e as PPPs, abre-se a brecha para que "receitas alocadas" ou "receitas próprias" sejam feitas por cada Universidade. Ou seja, cada Universidade pensa as relações que estabelecerá com empresas nacionais ou multinacionais. Na maioria dos casos, a relação é parasitária: uma empresa utiliza-se da estrutura de uma Universidade pública (laboratórios, professores) para descobrir novas tecnologias e lucrar com o dinheiro de quem paga os impostos (povo). É triste, pois para muitos professores e estudantes, a empresa dá aquela "ajudinha" para o aperfeiçoamento de seus laboratórios e para a aquisição de um "dinheirinho a mais".

A última parte dessa história

De certa maneira, podemos dizer que o "grosso" da Reforma já foi implementado. Jogando bem, o governo colocou estudantes contra estudantes e movimentos contra movimentos. Para isso, chamou alguns de "elitistas", outros de "preconceituosos" e "retrógrados". Muitos foram para as ruas (Esquerda da UNE, a maioria dos DCEs de Universidades públicas, grupos e partidos de esquerda) outros ficaram no triste conformismo, dizendo que "o que está, mesmo que pouco, é um avanço" (como a majoritária da UNE, alguns movimentos e a grande maioria do PT). Pois não é! Agora, parece ter parado tudo. Estamos, atualmente, com a 3ª versão do Anteprojeto (ou Lei Orgânica do Ensino Superior), que já se arrasta há um bom tempo. A primeira proposta do Anteprojeto (já muito ruim naquele momento) sofreu ainda mais nas versões posteriores: abriu mão de uma maior regulamentação das universidades privadas, retirou a implantação de COTAS nas federais, etc. No geral, o Anteprojeto é um descalabro: abre brecha para cursos seqüenciais e à distância, para o pagamento de taxas e mensalidades, aprofunda a intervenção de fundações privadas, oficializa um tímido percentual para a Assistência Estudantil, de 9% (enquanto a maioria das federais aplica mais de 10%), mantém a triste estrutura de 70% de docentes no poder decisório dos órgãos das Universidades, etc.

Mas há a sinalização de que vem por aí uma 4ª Versão do Anteprojeto. Não somos videntes, mas é possível prever que será ainda pior. Pode parecer engraçado, mas até agora o Anteprojeto só não foi pra frente porque Ministérios como os da Fazenda e do Planejamento acharam a proposta muito "progressista". Maior bizarrice impossível. A nós, que passamos apenas quatro anos de nossas vidas numa Universidade pública, não é permitido achar que tudo está tranqüilo, acreditando que o "que dava pra ser feito já foi feito". Lutar agora pela existência de uma Universidade pública de qualidade é evitar que a mão sorrateira do Tio Sam continue batendo na lousa e ensinando lições de dependência e subdesenvolvimento. Educação é direito, e direito tem que vir inteiro, não pelas migalhas. Por isso, é nosso papel ensinar o outro lado da lição.

“Do questionamento da universidade de classes ao questionamento da sociedade de classes”

- consigna levantada pelos estudantes franceses no maio de 68 -

Texto escrito pelo Movimento A Plenos Pulmões
www.aplenospulmoes.org

A atual crise da universidade brasileira impõe ao movimento estudantil a necessidade de travarmos com toda comunidade universitária um debate amplo, democrático e profundo sobre a universidade, forjando neste processo táticas e programas que dê uma saída de fundo a crise. Este jornal, que é fruto da nossa disputa política com o grupo do DCE na última assembleia, é um importante passo neste sentido, transbordando esta discussão para além dos redutos do movimento estudantil. Queremos aqui dar uma contribuição inicial a este debate, evidenciando as causas e as conseqüências dos ataques dos governos e das reitorias, e quais devem ser, para nós do Movimento A Plenos Pulmões, as táticas e o programa que o ME deve adotar para conquistar suas reivindicações.

A Unicamp e a crise da universidade em geral

O atual projeto da reitoria para a Mogiana e o recente anúncio de que o Exército Brasileiro instalará um centro de pesquisa dentro da Unicamp são dois exemplos de como a nossa universidade vem intensificando a sua função de reprodutora e mantenedora desta sociedade desigual e opressora. Na verdade, esta sempre foi a função de todas as universidades dentro do capitalismo, produzindo conhecimento, tecnologia, ideologia e mão de obra especializada para os patrões. Algumas assumiram um modelo mais liberal de ensino e conhecimento, outras mais voltadas estritamente aos projetos da classe dominante (mas nunca deixando estas duas de serem burguesas). A Unicamp, criada há 40 anos atrás, em pleno regime militar, adotou o segundo modelo, tendo como seu principal objetivo ser uma universidade que produzisse tecnologia inovadora para o setor produtivo.

A crise atual da universidade se expressa primeiramente na sua falta de financiamento, conseqüência das políticas neoliberais que desmantelaram o Estado nas décadas de 1980/90. As saídas que os governos e as reitorias estão dando a estes problemas são reacionárias. É a Reforma Universitária do Governo Lula, como o Prouni e as Parcerias Público-Privado. É a Lei de Inovação Tecnológica do governo Alckmin, que, dentre várias medidas, permite aos docentes deixarem seus cargos por 3 anos para criarem empresas privadas. E são as diversas mudanças e transformações que a reitoria impõe a toda comunidade, como a precarização do trabalho a partir da tercerização, o ataque ao movimento estudantil tirando a autonomia dos estudantes nas eleições de seus representantes discentes e, recentemente, o aprofundamento da relação universidade-empresa.

Esta é a principal saída encontrada pela reitoria para superar a crise de financiamento da Unicamp. Vejamos um exemplo: o Instituto de Química da Unicamp estabeleceu uma parceria com uma transnacional holandesa chamada Bunge no desenvolvimento de um novo pigmento para a indústria de tintas. “A partir desse interesse foi estabelecido um contrato para pagamento da exclusividade das patentes que rendeu cerca de R\$600 mil para a FUNCAMP entre 1996 e 2005 (...) As negociações para renovação do contrato inicial (1995) foram realizadas pela Agencia de Inovação da Unicamp (Inova), que manteve os royalties de 1,5% sobre o faturamento líquido do produto por um período de 15 anos, tempo de validade das patentes no âmbito internacional. Dos royalties, um terço irá para a Unicamp, um terço para o Instituto de Química e um terço para o grupo de pesquisadores responsáveis pelo desenvolvimento do novo pigmento”.

A Unicamp agora vende seus conhecimentos às grandes empresas estrangeiras. E este não é o único exemplo. Podemos citar o UOL Bolsa Pesquisa, as diversas salas de empresas presentes na Unicamp, os cursos de extensão pagos, as Fundações, dentre vários outros. Daqui se evidencia a crise mais profunda da universidade. Há uma mudança em seu modelo, tornando-a cada vez mais submissa a classe dominante, acabando, assim, com a sua autonomia.

O que devem fazer os estudantes?

E os estudantes, ficarão alheios a isso? Aceitarão que suas pesquisas sejam ditadas pelas empresas privadas? Concordearão com este tipo de universidade que serve para aprofundar e melhorar as formas de exploração e opressão desta sociedade desigual? O movimento estudantil fez importantes lutas contra estes ataques neste último período. As Universidades Federais entraram em greve e nós fizemos uma heróica luta por mais verbas para a educação no ano passado. Neste ano, a PUC-SP teve uma importante mobilização estudantil contra as demissões e pela estatização. Mas ainda falta muito para que possamos colocar derrotas aos governos e as reitorias, como fizeram os jovens estudantes e trabalhadores franceses contra a lei de Contrato de Primeiro Emprego.

É necessário desde já que os estudantes da Unicamp aprofundem a discussão sobre a universidade e comecem a se mobilizar a partir de seus institutos, colocando seus centros acadêmicos a serviço de suas lutas. É necessário que o grupo do DCE, Coletivo Domínio Público, ligado a vereadora Marcela

Moreira, que no ano passado deixaram o PT para ingressarem no PSOL, abandone a lógica de militância petista da disputa unicamente de aparatos e da “miséria do possível”, de se contentar com as reivindicações imediatas e mínimas, para poder dar uma saída de fundo a crise da universidade. Uma das principais lutas do DCE hoje é pelo dia de Avaliação de Curso em cada instituto. Acreditamos que essa é uma boa tática para mobilizar os estudantes a partir das suas reivindicações específicas. Porém, temos que ser ativos (e este deveria ser o objetivo do DCE) em dizer a todos os estudantes que as lutas específicas não serão suficientes para dar uma saída à crise atual da universidade, que é uma crise de modelo. Se não fizermos isso, a luta dos estudantes por mais professores, mais livros nas bibliotecas, mais salas de aulas, que são reivindicações importantíssimas, sem uma luta contra a estrutura de poder da universidade, a reforma universitária, a entrada de capital privado, poderão ser atendidas pela reitoria justamente com o dinheiro advindo das patentes. E o movimento receberá a sua maior derrota dos últimos anos caso não comece a pontuar as questões que estão para além do imediato.

Recentemente participamos aqui em Sumaré do Encontro Nacional de Estudantes, organizado pela Conlute. Deste encontro, deliberamos uma campanha nacional por mais verbas públicas para a educação pública. Devemos ser parte ativa na construção desta campanha aqui na Unicamp e em todas as escolas e universidades, ganhando o apoio dos trabalhadores para nossa luta. Devemos ligar cada luta local a luta nacional por mais verbas para a educação. Mas isso não bastará. É necessário colocar para a comunidade universitária e para os que estão fora da universidade que necessitamos de uma solução de fundo que atenda os interesses da maioria da população e que a luta por mais verbas é somente uma via de massificar esse movimento nas universidades. Nossa luta deve ser por um sistema universitário nacional único, totalmente gratuito, com assistência estudantil plena e redução da jornada de trabalho dos estudantes para 4 horas sem redução de salário, o que será uma enorme conquista. Mas colocamos que este sistema universitário terá que ter uma estrutura de poder com maioria estudantil, baseado num pacto entre estudantes e trabalhadores, que coloque o conhecimento produzido aqui dentro não a serviço das empresas privadas, mas sim dos trabalhadores e do povo. E para isso teremos que derrotar os planos da reitoria e do governo Lula. Teremos que derrotar a relação universidade-empresa, a venda do conhecimento por patentes, assim como derrotar a Reforma Universitária.

Novo campus

como nós estudantes podemos avaliar?

Iaqueline S. Silva (Linguística
CALL/ DCE Unicamp)

Avaliar a construção do novo Campus de Limeira é tarefa difícil para a grande maioria dos estudantes, já que não podemos participar ou presenciar as instâncias que deliberaram por sua construção. A própria decisão de se fundar o novo campus foi aprovada no dia 20/12/05 em uma sessão do Conselho Universitário (Consu) onde somente os membros oficiais puderam participar. Vale lembrar também que os representantes discentes eleitos com 4.413 votos não foram empossados, ou seja, estudantes por intermédio de seus representantes não tiveram direito de falar ou votar. Nem mesmo o Ato feito na portaria do prédio da reitoria permitiu que os alunos pudessem opinar e nem mesmo assistir a esse Consu.

O processo autoritário de construção não cessou no Consu. As decisões que dizem respeito ao novo campus são tomadas por um GT composto por membros escolhidos pela reitoria e nem passaram antes pelo próprio campus delimeira que existe hoje. Assim sendo, é obvio que tudo que chega a nós estudantes são notas simplórias como as que povoam a página da unicamp (www.unicamp.br). As notícias na verdade são quase desenformativas, por exemplo: "Câmara de Administração (CAD) e a Câmara de Ensino e Pesquisa (Cepe), duas instâncias de discussão e deliberação do Conselho Universitário (Consu) da Unicamp, reuniram-se pela primeira vez fora do campus de Campinas na terça-feira, 04/04. Na parte da manhã, a CAD utilizou as instalações do Centro Superior de Educação Tecnológica (Ceset), em Limeira, para a reunião mensal de seus 21 membros titulares" (...) "O novo campus a ser construído em Limeira foi um dos temas predominantes da reunião da CAD." [05/04/06]

Várias coisas poderiam ter sido ponderadas sobre a CAD. Primeiramente, quanto aos participantes, além dos "21 membros titulares", havia mais de 100 estudantes em um ato organizado pelo CAT (Centro acadêmico de Tecnologia) e pelo DCE. Os estudantes de Limeira quase inviabilizaram a sessão com palavras de ordem reivindicando entrar na sala PA07 aonde a CAD se reunia. Depois de muito bater em painéis e soprar apitos, foi permitida a entrada de pouquíssimos estudantes, que encaminharam as pautas de reivindicação dos estudantes que tinha como central, uma linha de ônibus que circule entre o Campus de Campinas e o Campus de Limeira.

Realmente lastimável que a reivindicação acompanhada de ato e abaixo assinado não tenha sido atendida. Mesmo sendo indiscutível a urgente necessidade da integração entre os campus: a falta de estrutura do Ceset em Limeira que não tem moradia estudantil, conta apenas com uma pequena biblioteca carente de vários livros básicos e tem apenas um bandeirão, claustrofóbico em horários de pico, que desde o começo do ano só serve marmitas e que é compartilhado com os alunos do Cotil. Por falta de integração entre os Campus fica comprometida também a participação dos estudantes de Limeira em diversas atividades, como por exemplo, Assembleias Gerais dos Estudantes, CRUs e todo tipo de eventos culturais.

Durante a CAD, discutiu-se também o novo campus, até foi especulado fazer uma visita à obra do novo Campus. Infelizmente a excursão acabou não sendo feita. Alegaram falta de tempo, mas, vai ver que nem perderam muita coisa mesmo, atualmente a obra não passa de 500 mil metros quadrados de terra remexida com meia dúzia de tijolos empilhados. Uma construção bem impalpável para abrigar mais de uma dezena de cursos já em 2007.

Os estudantes presentes na CAD ponderaram bastante sobre a verba de 20 milhões previstos para a construção do novo campus e sobre a viabilidade de construir e de instalar tantos cursos em um período tão curto de tempo. Foram várias falas, mesmo sabendo que nós alunos não somos bem quistos para opinar sobre o assunto.

Deste modo, ficamos à mercê do GT que discute a questão. Mas, o que podemos esperar desse Grupo de Trabalho? Principalmente fica descartada a idéia de que "é errando que se aprende", uma vez que vai ser construído mais um campus da Unicamp sem moradia. Desde já o mercado imobiliário agradece, expandindo seus lucros e espantando estudantes. Eis que alunos do novo campus também irão precisar da linha inter-campus, para ter acesso a moradia, ou, pode-se também repetir o feito de 85: passar 2 anos morando dentro de salas de aulas até conquistar uma moradia, como aconteceu em Campinas. Quanto às bibliotecas e bandejões do campus II de Limeira, tudo que podemos desejar é bom senso e que não se copie o modelo do campus já existente. Se é que é possível falar de bom senso quando a verba é tão escassa e o tempo tão curto.

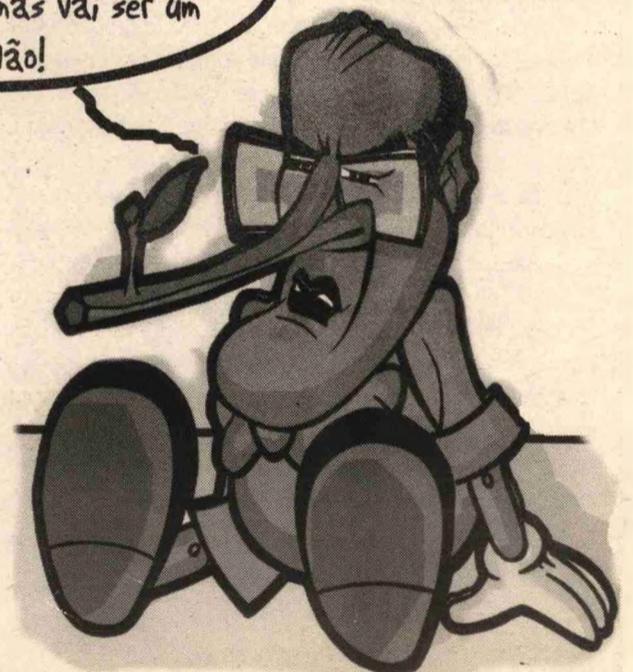
"É o tipo de construção que somente na ótica da expansão de vagas inconseqüente pode tornar-se algo louvável"

Os pontos de questionamento não acabam: suponhamos que as paredes sejam levantadas. E que mesmo aos trancos e barrancos os alunos consigam se manter na universidade. O que esperar de cursos com currículos duvidosos onde todo o curso terá no mínimo um ano básico, e podem chegar a ter até 3 anos básicos? Será que se perdeu de vez o pudor de embutir "conhecimento"?

Os responsáveis garantem que o ensino será de qualidade. Mesmo com até três anos de aulas "básicas" em comum para os cursos e mesmo com um verba prevista para pagamento de professores bem semelhante à verba do IEL (Instituto de Estudo da linguagem) que possui apenas 3 cursos. Quanto à pesquisa, não se sabe direito ainda o que dizer. Quanto à extensão, provavelmente nada nunca será dito.

O novo campus de Limeira nos moldes nos quais se delineia hoje: torna-se para nós estudantes, algo infactível de avaliarmos como positivo. É o tipo de construção que somente na ótica da expansão de vagas inconseqüente, pode tornar-se algo louvável. A expansão de vagas hoje se dá através de cursos "custo zero" (como o curso de Estudos Literários, que foi implementado sem contratação de professores em número suficiente, bem como não foram construídas novas salas de aula, ampliada a estrutura na sala de informática, ou ampliada a biblioteca), dos cursos que não possuem instituto (como o curso de farmácia) e das vagas ampliadas dentro de cursos já existentes. É essa a política para educação pública que implementa o governador Alckmim e que nosso reitor apóia e ajuda a maquilar.

Desculpa, mamãe!
Eu menti: disse que ia ser uma
Universidade... mas vai ser um
Escolão!



Financiamento do HC: autarquizar é a solução?

Maria Fernanda Muriho Righi
(Coordenadora do CAAL- 05/06),
Ana Claudia Vaz-Tostes Lima
(DCE / CAAL-05/06)

Há algum tempo tem-se falado em crise financeira do HC e nesta como grande responsável pela crise que a Unicamp vem enfrentando e algumas pessoas têm apontado a autarquização do hospital como solução para este déficit crescente. Mas do que decorre efetivamente a falta de financiamento para o Complexo hospitalar da Unicamp? E como uma autarquia pode resolver este problema?

A área da saúde tem gastos crescentes pelas tecnologias empregadas (exames, medicamentos, etc.) e pelo grande número de atendimentos. O HC da Unicamp recebe recursos da universidade, que representam cerca de 2/3 do total, restando cerca de 1/3 proveniente do SUS, dos repasses o hospital aplica 70% em pagamento de pessoal e 30% em custeio dos serviços, ou seja, não sobram recursos para novos investimentos. Além disso, muitas vezes a receita é inferior aos gastos e o hospital tem que contrair dívidas para manter seu funcionamento; dívida que nunca foi anistiada (nem mesmo a parcela com a Universidade), ao contrário, esta é paga com juros fazendo com que o HC trabalhe no seu limite financeiro, inviabilizando ainda mais os investimentos levando a um sucateamento crescente do serviço.

Como a autarquização poderia solucionar esta crise financeira crônica do HC e da Universidade? Autarquia é uma forma de administração indireta, sujeita aos princípios e regras do serviço público mas autônoma e com livre gestão administrativa, financeira e patrimonial, se colocando como forma alternativa de organização. No entanto, esta não tem fonte própria de financiamento e nem garante aumento de recursos provenientes do Estado podendo gerar: saída de recursos da Universidade visto que a desvinculação do hospital carrega o orçamento deste, pois em se tratando de um hospital escola deverá continuar a receber repasses da secretaria da Educação; e manutenção da situação limite do HC impedida de novos investimentos por não haver garantia de aumento de verbas para a secretaria da saúde à qual estaria vinculada a possível autarquia.

Na medida em que a autarquização passa pela questão dos aparatos de gestão ela abre brecha para a participação administrativa de fundações privadas o que tira-nos ainda mais o controle sobre o dinheiro. É preciso estar atento para formas de gestão que não passam de formas disfarçadas de privatização e não se coadunam com o SUS. Embora seja preconizado como princípio do SUS ainda não há controle social estabelecido no HC, meio importante e necessário de fiscalização dos serviços de saúde com atendimento SUS; e não há garantias de que ele seja instituído após a mudança da forma administrativa

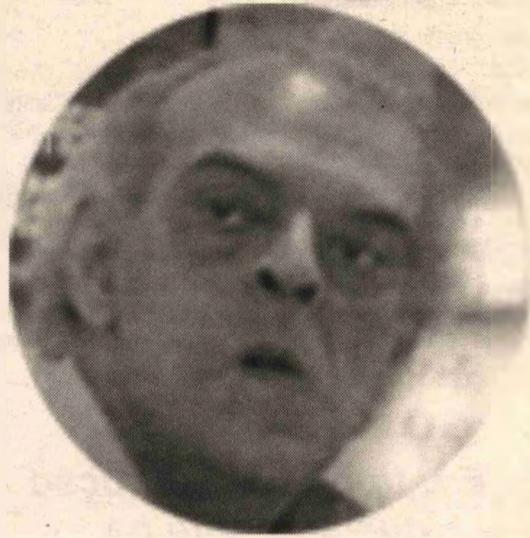
Enfim, o modelo de gestão estar vinculado ou não à Universidade não resolve o problema da falta de financiamento, apenas aumenta a dificuldade de fiscalização sobre a verba. O que se faz necessário é um real investimento por parte do governo federal, que pode ser garantido com autarquia ou sem ela.

p.06

Financiamento do Ensino em tempos de Fundações, Vetos,

Entrevista com o professor

por DCE- Unicamp



Chico Miraglia é professor da USP e diretor da ADUSP (Associação dos Docentes da Usp). Nesta entrevista, Chico nos fala um pouco sobre a importância do financiamento da Universidade, sobre as mobilizações do Ano passado em torno da LDO e sobre a Reforma Universitária.

1- Neste ano, vem se discutindo que o foco da luta no estado de São Paulo será o aumento de financiamento público para as universidades estaduais paulistas e para o Centro Paula Souza, que se materializará na "Campanha em Defesa da Educação Pública". Mas o que ouvimos muito é que as universidades estão sucateadas não por um problema de falta de financiamento, mas por um problema de gerenciamento da verba. Gostaria que o prof. falasse um pouco sobre essa questão.

A questão central para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão na USP, UNESP e UNICAMP é o aumento do investimento público no setor, não só para manter a capacidade instalada, como também para ampliá-la com qualidade. Há muito temos insistido também na necessidade de transparência e democracia nas universidades, centrais para propiciar uma eventual otimização dos investimentos, mas de modo muito mais importante, possibilitar a discussão ampla por parte de toda a comunidade das prioridades de investimento. No entanto, o verdadeiro gargalo está na prática constante de tirar dinheiro da Educação Ativa, utilizando-o para outras contas, que, sem dúvida são muito importantes, como previdência, saúde e habitação só para citar alguns exemplos. Assim é que não há complementação específica do governo para a folha dos aposentados (embora fique com toda a contribuição de docentes e funcionários), a participação do governo nas contas dos Hospitais Universitários é desprezível e, ao arrepio da lei, a secretaria da Fazenda desconta o montante da habitação do ICMS antes de calcular os repasses às universidades. Devemos permanecer mobilizados e atentos para reverter esta situação, ampliando o ensino público de qualidade em todos os níveis.

2- Como as fundações contribuem para o aprofundamento dessa realidade de

sucateamento e privatização?

A privatização da universidade pública via as fundações ditas "de apoio" descarateriza algumas das nossas principais atividades, tendo influência perversa sobre o ensino, a pesquisa e a extensão. Estas atividades passam a ser determinadas pelos interesses do chamada "mercado", que como sabemos não tem o menor interesse em o Brasil torne-se um país autônomo, capaz de produzir saber, ciência e tecnologia próprias. Além disso, estas fundações apropriam-se indevidamente da "logo-marca" das estaduais paulistas, de valor inestimável, para auferir ganhos que são apropriados privadamente, pelos gestores e partícipes dos projetos e cursos pagos que vendem usando o nome da universidade. A Adusp e O sindicato nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN) têm desenvolvido ações políticas e jurídicas no sentido de coibir a presença destas fundações no interior da universidade pública. O Movimento Estudantil têm também tomado atitudes políticas importantes contra estas fundações. Mas esta luta não parece estar perto de seu desenlace final. Será necessário tenacidade e paciência para levá-la a cabo, propriedades que entendo estarem presentes nos movimentos organizados de docentes, estudantes e funcionários.

3 -Por que os movimentos de educação refutam tanto a política do PSDB no governo do Estado? O que representa agora o PFL assumindo o governo do Estado para as universidades?

O PSDB tem representado uma política de financiamento dos serviços públicos através do arrocho de salários e verbas para setores essenciais, como Saúde e Educação. Além disso,, seguem as recomendações do Banco Mundial acerca da Educação, que deve ser transformar de direito social e dever do estado em mercadoria. Associado à esta política, há também a tentativa de separar a escolaridade dos brasileiros em dois tipos : aquela que deverá produzir quadros, essencialmente voltada para as parcelas mais ricas da sociedade, e outra, que não passa de "treinamento", que deverá ser o destino da maioria da população, que será privada dos instrumentos para tornar-se sujeito histórico e político. A presença do PFL no governo de São Paulo não muda significativamente este quadro. Basta considerar que estes partidos têm sido aliados nas políticas de cunho neo-liberal aplicadas no Brasil e aprofundadas a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso. Durante um ano poderão parecer mais maleáveis; porém a proposta de fundo e as diretrizes estratégicas são semelhantes e deverão ter permanência uma vez passada a fase eleitoral.

4- As universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza estão ampliando vagas e construindo novos campi de forma notável. Isso representa um avanço na questão da falta de vagas no ensino superior?

As ampliações de vagas e incorporações têm acontecido sem a contrapartida de verbas, com exceção daquelas para construção de prédios. Além disso, uma parte ponderável destas vagas está sendo oferecida com a quebra do tripé ensino, pesquisa e extensão, características

Superior Reformas

Chico Miraglia

fundamentais de uma universidade de boa qualidade. Ou seja, conforme mencionado acima, corremos o risco de assistir a introdução de um modelo de educação de "segunda categoria", que será utilizada em campanhas eleitorais como uma contribuição ao ensino público paulista. Não é tarefa fácil contrapor-se à estas políticas, pois a maioria da população brasileira tem carências tão profundas que estas providências podem parecer do seu interesse. Será necessário tratar esta questão com firmeza e clareza política, a começar pela mobilização e discussão com os estudantes, funcionários e professores que ingressam neste tipo de projeto. Não tenho dúvidas que estes estudantes esperam obter saber e competência profissional de qualidade e não simplesmente "treinamento" que torne mais barato o custo das empresas, diminuindo a necessidade de investimento em atualização de seus contratados. Certamente não é este o papel de uma universidade pública que mereça este nome.

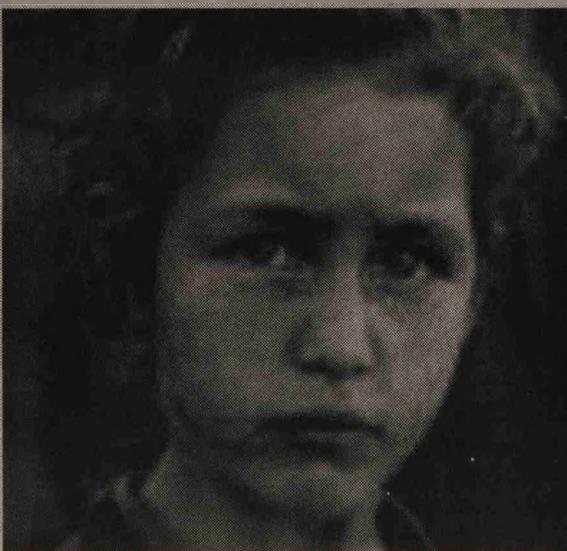
5- E o governo Lula? Sua política de educação, em específico a da Reforma Universitária, vão no mesmo sentido?

O governo Lula da Silva aprofundou a cartilha iniciada por seu antecessor, ao contrário do que acreditava a maior parte da população brasileira, que o elegeu presidente. A Reforma Universitária proposta pelo atual governo federal tem as mesmas características privatistas, de descaso com o financiamento da Saúde e Educação, de arrocho de salários dos servidores públicos, de retirada de direitos trabalhistas e previdenciários, de pagar banqueiros no lugar de aplicar no desenvolvimento social do povo brasileiro, que caracterizavam os governos precedentes. Só uma coisa mudou: os movimentos sociais organizados tiveram enorme dificuldade em reagir à nova conjuntura, o que propiciou a Lula da Silva executar políticas contra os interesses da maioria da população brasileira com menos oposição do que Fernando Henrique Cardoso. Que ninguém se engane: este quadro irá transformar-se logo, logo...

6 - Que balanço o senhor faz das Mobilizações contra o VETO do governador Alckmin no ano passado?

Acima de tudo, penso que a experiência das mobilizações, tanto na LDO, quanto contra o veto do governador, foram enormemente educativas para todos. Logo, o balanço só poder ser positivo! Entretanto, a experiência mostra que, mais uma vez, tenacidade e perseverança são fundamentais para podermos avançar e fazer retroceder as forças que desejam conservar a população trabalhadora brasileira como escrava dos interesses do capital.

p.07



O artigo 207 da Constituição Brasileira dispõe que "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

Existe, hoje, uma multiplicidade de enfoques e conseqüentemente de ações, interlocutores e posicionamentos sobre a Universidade e suas relações com a sociedade. Isso tem refletido numa diversidade de definições sobre o que venha ser extensão universitária. A afirmação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e a extensão não ajuda na construção de uma definição, pois neste lugar os limites de um desenho único se confundem na diversidade da universidade.

A questão - O que é Extensão Universitária? - se coloca de forma constante na vida acadêmica. Por ser sempre questionada, surgem respostas com diversas definições para servir de justificativa para práticas que acontecem sem um espaço claro dentro da academia. Há uma variação sobre seu entendimento, e este se dá na dependência direta dos interlocutores que se encontram pelo caminho.

"Extensão Universitária já foi apresentada como a "projeção da Universidade ao meio", pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB, 1976:19); ou como "uma atitude de abertura da Instituição do Ensino Superior para a Comunidade", por Cassimiro (Cassimiro et all, 1983:31); ou ainda como instrumento de "formação humana do acadêmico e prestação de serviços à comunidade", por Toaldo (1976:2)."

Quando a Extensão Universitária apreça para ser discutida no cenário da academia, parece provocar um certo constrangimento entre professores e alunos, pois as divergências na sua concepção não são apenas decorrentes de alterações de palavras, e sim fruto da própria construção do entendimento da História da Educação Brasileira. Toda educação provém de uma situação social determinada e, portanto, a Extensão Universitária tanto reflete as condições sociais, econômicas e políticas da sociedade quanto também influencia sobre essas condições.

A Universidade não possui somente responsabilidades e objetivos pedagógicos em sua existência na sociedade, mas também objetivos e responsabilidades sociais, políticas e culturais. São estas relações sociais que vão determinar o modelo de universidade que se cria e, ao mesmo tempo, sofrer as determinações dessa criação. Ou seja, todas as práticas da universidade, inclusive a chamada extensão universitária, se relacionam diretamente com o jogo de interesses presente na sociedade que a abarca.

No caso da Unicamp, o fato de a Pró-reitoria de Extensão conter majoritariamente informações sobre cursos (em sua grande maioria pagos) oferecidos pela Escola de

Extensão:

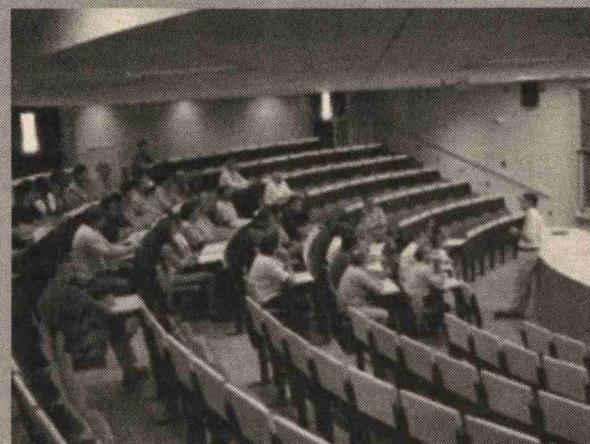
um tripé meio cambeta da Universidade...

por SUBA
(Sociedade e Universidade em Busca de Alternativas)

Extensão (Extecamp) conforme indicado na página 12 de um relatório da própria PREAC, disponível em : http://www.preac.unicamp.br/img/avaliacao_preac.pdf mostra que a "extensão" praticada por esta universidade, como Instituição de Ensino Superior (IES), parte de uma definição implícita que remonta ao modelo de extensão européia do século XIX, no qual a universidade se limita apenas a "estender" o conhecimento que produz a quem, normalmente, não teria acesso ao seu ensino. Esse modelo, que foi importado pela universidade brasileira na década de 1910 (numa sociedade que considerava "moderno" copiar as idéias da Europa) e que se prolonga até hoje, pressupõe uma universidade cuja única função é produzir e transmitir um saber tido como absoluto. Desde então, muito se discutiu sobre o papel da universidade na sociedade e, conseqüentemente, sobre a extensão universitária.

No Brasil, o debate sobre extensão foi efetivamente iniciado pelo Movimento Estudantil, através da UNE, a partir de meados da década de 1930. O Movimento Estudantil daquela época partia do pressuposto, por nós adotado hoje, que a universidade pública deve assumir um compromisso com os interesses das classes desfavorecidas da sociedade. A partir deste pressuposto, a frase do Plano Nacional de Extensão (que é expressão de todo o debate já realizado sobre o tema) que diz que "A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade" é por nós entendida da seguinte maneira: tanto o ensino (principal meio de a universidade formar recursos humanos) quanto a pesquisa (produção de novos conhecimentos pela universidade) devem se pautar por esse compromisso, se unindo simbioticamente numa atuação direta de transformação social da comunidade externa.

Portanto, a extensão deve se preocupar não apenas em transmitir o seu conhecimento acadêmico, mas utilizá-lo para interferir na nossa sociedade de forma a solucionar os problemas de desigualdade que ela enfrenta.



As reuniões do SUBA acontecem todas as segundas-feiras, 12h, no espaço do SUBA, que fica ao lado do IG, dentro do Prédio da ITCP (Incubadora Tec. de Cooperativas Populares)

O descaso e o acaso:

o caso da Assistência Estudantil da Unicamp



Se fora da universidade o estudante de baixa renda tem uma vida difícil, a realidade dos poucos deles que conseguem ingressar na universidade assim se mantém. Essa dificuldade é provocada pela desigualdade sócio-econômica acentuada, interferindo assim, no acesso de grande parte da população aos direitos básicos, como educação, saúde, moradia e transporte. Apesar de todas as restrições e obstáculos, muitos estudantes nessa situação conseguem ultrapassar também a barreira do vestibular e entrar em uma universidade pública. Porém, essa conquista também impõe outras barreiras. Ao ingressar na universidade, o estudante se depara, por exemplo, com a sua permanência não garantida, o que prejudica a dedicação aos estudos. O mecanismo que serviria para eliminar essa disparidade seria a Assistência Estudantil, uma conquista dos estudantes e um instrumento para garantir o direito pleno à educação pública, gratuita e de qualidade.

Infelizmente, essas políticas de direito à permanência são deixadas à margem, apesar de serem fundamentais. A universidade acaba mantendo a mesma estrutura da sociedade: excludente, elitizada e para poucos. Na Unicamp não é diferente. A principal bolsa-auxílio, que é a bolsa-trabalho, obriga o estudante de baixa renda a trabalhar para se manter na universidade, como se este tivesse que vender sua força de trabalho para poder estudar. Isso impede que o estudante se dedique exclusivamente aos estudos, o que, em alguns cursos, é mais que essencial, como na Medicina. O auxílio econômico que a Unicamp deve dar aos estudantes não é uma esmola; mas a garantia de que o estudante de baixa renda também possa se dedicar aos estudos na universidade pública.

Além disso, ainda faltam muitas bolsas para atender toda a demanda, o que faz com que muitos estudantes tenham que abandonar seus cursos ou algumas disciplinas porque não têm como se manter, nem comprar livros e outros materiais. De 2002 para 2003, aumentou em 18 o número de bolsas-trabalho. Coincidentemente, nesse mesmo período, diminuiu em 18 o número de evasão estudantil. Isso demonstra a importância da Assistência Estudantil na permanência do estudante na universidade. Por conta do número limitado de bolsas, a Unicamp despense grande parte delas para os calouros, o que inviabiliza que todos que têm bolsa num ano, tenham novamente no outro. A bolsa-alimentação é outro problema, já que garante apenas uma refeição por dia, impossibilitando que o estudante de baixa renda possa, ao menos, se alimentar duas vezes ao dia como qualquer outra pessoa.

A Moradia Estudantil foi uma conquista dos estudantes que por dois anos ocuparam o Ciclo Básico, reivindicando que houvesse uma moradia gratuita para aqueles estudantes que não tivessem condições de pagar por esse direito (movimento Taba). O projeto inicial de Moradia seria para 1500 pessoas, no entanto ainda hoje ela não suporta esse número de estudantes. Até

Comissão de Assistência Estudantil da Unicamp

2000, a Moradia era regida por um conselho paritário e deliberativo (CGPM), que depois foi extinto e substituído por um conselho apenas consultivo, o PME (Programa de Moradia Estudantil). Isso acabou representando um retrocesso para os estudantes. Além disso, a atual coordenação da Moradia toma medidas que contrariam os interesses dos estudantes e a autonomia destes, como a tentativa arbitrária de impedir a entrada e permanência de hóspedes na Moradia.

No ano passado, o Conselho Universitário (CONSU) aprovou a abertura de 700 novas vagas com a criação de um novo campus em Limeira. Durante o processo de aprovação do projeto, não foi sequer considerada a principal reivindicação dos estudantes do CESET, que tem sido a construção de uma Moradia Estudantil em Limeira. Isso explicita a política populista da reitoria, que irresponsavelmente aprova a construção de um novo campus com aumento significativo de ingressantes sem considerar a permanência dos mesmos. Todos esses problemas são mascarados por um falso discurso da reitoria de que são investidos 13,8% do orçamento da Unicamp em Assistência Estudantil. Contudo, nesse valor estão contidos programas de caráter meritocrático, e não socioeconômico, que não podem ser considerados como Assistência Estudantil, como a bolsa-PAD e a bolsa-papi, que apesar de serem programas importantes, não são voltados exclusivamente para o estudante de baixa-renda.

Diante de todos esses problemas, no final de 2005, foi retomada a Comissão de Assistência Estudantil, que promovendo a discussão entre os estudantes e organizando reuniões com os responsáveis pelo programa de Assistência Estudantil na Unicamp, contribui para explicitar a situação e as dificuldades passadas pelos estudantes, que não têm suas necessidades básicas atendidas. No início desse ano, frente a insistentes tentativas e a impossibilidade de se conseguir um diálogo com o então coordenador do SAE, Cremasco, os estudantes ocuparam o SAE, exigindo que o Cremasco os recebesse em uma reunião o mais rápido possível e tomasse medidas imediatas para atender principalmente os deferidos e não-contemplados, que não podiam esperar mais por uma bolsa. Na semana seguinte, um ato no CONSU, exigindo, entre outras coisas, mais verbas para a Assistência Estudantil e expondo todos esses problemas, acabou sendo decisivo: na mesma tarde, o Cremasco foi afastado do SAE.

Este momento, então, é único, crucial e fundamental para a organização dos estudantes em torno desta bandeira, pois abre uma possibilidade de reestruturação do processo de distribuição de bolsas no SAE. Todos esses problemas listados se repetem há muito tempo e pouco tem sido feito nos últimos anos para resolvê-los. Atualmente, todas as decisões são centralizadas em um(a) coordenador(a) do SAE, o que é muito prejudicial para o andamento do processo, já que os principais envolvidos, os estudantes, não são sequer considerados. Portanto, para que resolvamos esses problemas, devemos agir na raiz deles, ou seja, na própria organização do SAE. Nesse momento, a Comissão propõe que o programa de Assistência Estudantil do SAE (bolsa-trabalho, bolsa-transporte, bolsa-alimentação) seja gerido por um conselho paritário e deliberativo.

Essa conjuntura coloca uma oportunidade histórica de transformação das estruturas - já abaladas - do SAE. Portanto, é fundamental nesse momento, a nossa organização para que possamos interferir no processo de reorganização do SAE, solucionar os problemas destacados e acabar com as injustiças sociais perpetuadas na universidade. Bolsistas de toda a Unicamp, uni-vos!

Avaliação

instrumento para

No dia 9 de maio, ocorre na Unicamp o Dia de Avaliação de Cursos, dia conquistado pelos estudantes, no qual a instituição pára a fim de que estudantes e professores discutam, junto às CGs (Comissões de Graduação), os respectivos cursos de graduação.

Avaliação é o ato de calcular ou atribuir valores a determinado objeto, visando apontar as qualidades e defeitos do mesmo. Diante disso, a avaliação é responsável (mesmo que indiretamente) por alterações e, até mesmo, reformulações no objeto avaliado, com o objetivo de corrigir os supostos defeitos apontados. Ou seja, um dos resultados da avaliação é moldar o objeto, tanto antes quanto depois desse ser avaliado. Um exemplo é o próprio vestibular (ferramenta de ingresso em universidades que avalia o nível de conhecimento adquirido pelo aluno até o ensino médio), que acaba por moldar toda a educação até o ensino médio (o antes) e também o perfil do universitário (o depois).

Porém os valores atribuídos não são absolutos, uma vez que estes são determinados por quem avalia. Ainda no exemplo anterior, o vestibular é questionado por muitos educadores quanto à sua validade como instrumento de avaliação, ao medir a capacidade de memorização do aluno e não o domínio do mesmo sobre a matéria. Na Unicamp, os valores empregados na avaliação de cursos também são questionáveis: o uso de questionários simplistas com critérios quantitativos e não qualitativos para avaliar os cursos, combinado à baixa presença dos alunos no processo de avaliação, fazem com que este processo seja limitado, abrangendo somente o que concerne aos professores e coordenadores e o que foge disso o ponto de vista dos alunos a respeito do curso muitas vezes é ignorado.

Mesmo a Unicamp garantindo, todo semestre, um dia *sem aulas* para a realização da Avaliação de Cursos, muitas CGs não cumprem este calendário (sem serem efetivamente cobradas pela Unicamp), seja não realizando a avaliação ou realizando-a no horário de almoço para não suspender as aulas, ou mesmo sem divulgá-la, fatores estes que desestimulam e anulam a participação dos estudantes. Na maioria das vezes em que ela acontece, o tripé da universidade (ensino-pesquisa-extensão) é ignorado. A extensão é esquecida; a discussão sobre a pesquisa na graduação é superficial e não atinge os problemas; o debate sobre o ensino é limitado. De um modo geral, a avaliação centra-se em discussões isoladas acerca de algumas disciplinas e professores, não discutindo o profissional a ser formado e seu papel, bem como o papel do instituto ou faculdade, na sociedade. Desta forma, a avaliação não resulta na melhoria do curso, já que quem de fato avalia (os professores) não tem interesse em mudanças no curso, tanto por estar bom para ele como está, quanto por não querer demandar o esforço necessário para realizar mudanças.

Pensando nisso o VI Congresso de Estudantes da Unicamp (setembro de 2005) indicou a Avaliação de Cursos como um momento prioritário neste ano para o conjunto do movimento estudantil. Assim sendo o DCE convocou uma Comissão de Avaliação do DCE, que congregasse todos os Centros Acadêmicos com a finalidade de discutir o processo de avaliação dos cursos, preparar e estimular os estudantes e Centros Acadêmicos a ocuparem esse espaço e discutirem os seus respectivos cursos. Durante quatro semanas, essa comissão se reuniu para pensar desde o que é uma avaliação até como é feita a avaliação no ensino superior brasileiro. Num primeiro momento foi analisado o que é um processo de

de Cursos: mudar a universidade

Marina Rebelo
(Sociais 04D Coordenadora DCE-Unicamp) e
Patrícia Silva
(Eng. Elétrica 05 Coordenadora CABS),
pela Comissão de Avaliação de Cursos do DCE

avaliação e como ocorre o processo de Avaliação de Cursos em toda Unicamp. Aprofundando esta discussão estudou-se a Avaliação Institucional da Unicamp, e o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). propõe solução alguma para eles. Por exemplo, ao mesmo tempo em que pontua a falta de livros na Unicamp como uma crítica recorrente de vários institutos, fala ao estudar o documento de Avaliação Institucional da Unicamp percebeu-se que a lógica de uma avaliação quantitativa permanecia. A utilização do aumento de vagas na Unicamp como uma "prova" de que os cursos haviam melhorado, é um exemplo gritante de que a Avaliação Institucional é, no mínimo, tendenciosa. Com isso a avaliação institucional não ataca os problemas, nem que a quantidade livros e periódicos ultrapassou a casa de um milhão de exemplares; ou quando o assunto é a famigerada falta de professores, o documento diz que não há falta de professores, o problema real é que os cursos possuem muitas aulas. E como se não bastassem estas 'saídas pela tangente', o documento de Avaliação Institucional critica os institutos que, em seus relatórios, apresentaram críticas e demandas à Unicamp.

Ao final do texto de avaliação institucional se percebe claramente o objetivo desta avaliação: quem avaliou a Unicamp queria provar que é possível uma expansão de vagas e cursos sem mais recursos, sem mais bolsas de assistência estudantil, sem mais professores e sem mais verbas. "Temos capacidade de expandir as vagas na graduação, inclusive, com abertura de cursos novos. Afinal, precisamos estar preparados para mais este desafio". Sabemos que a demanda por aumento de vagas na Unicamp não é somente interna é também uma forma muito visada de propaganda do governo estadual, que pressiona a Unicamp e as demais universidades estaduais para que a expansão aconteça.

Buscando aprofundar a discussão sobre os processos de avaliação a Comissão de Avaliação estudou ainda o Sistema de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), e constatou que o Exame Nacional do Ensino Superior (ENADE) é uma avaliação genérica e simplista, que atribui ao Ministério da Educação (MEC) a função de órgão avaliador da Educação Superior, não proferindo nenhuma linha sequer sobre qual será a atuação do MEC para a melhoria do Ensino Superior, além da punição das instituições que fugirem do padrão.

A Comissão de Avaliação depois de toda esses estudos elaborou uma cartilha para que essa discussão pudesse extrapolar a própria comissão e embasar os estudantes e CAs no processo de avaliação. A cartilha aponta alguns tópicos que são centrais para uma avaliação mais completa do curso, desde a discussão da densidade do currículo (se ele está muito cheio, se possui muitos pré-requisitos que trancam o currículo), até a acessibilidade à iniciação científica, passando pela análise sobre a estrutura disponível (livros suficientes, laboratórios, salas de aula) e secretárias dos institutos e biblioteca abertas de forma a contemplar os estudantes dos cursos noturnos. A cartilha será distribuída esta semana, ela estará nos CAs e também no site do DCE: www.dceunicamp.org.br.

A avaliação de curso é um momento impar para que possamos discutir e cobrar mudanças no curso e na universidade. Não deixe de procurar o seu CA para saber mais sobre a avaliação do seu curso.

O be-a-bá do financiamento

por **Tiago Jacovine**
Geografia (CACT/ DCE Unicamp)

Muitas são as dúvidas, mitos, ou até o próprio desconhecimento a respeito do financiamento da educação. Por esse motivo, vamos tentar discutir um pouco mais sobre essa questão, mais especificamente no estado de São Paulo.

Para iniciarmos esta nossa conversa, antes de tudo, estabeleçamos um ponto de partida: o que entendemos por educação. Uma boa definição nos é dada pelo "Plano Estadual de Educação: Proposta da Sociedade Paulista". Lá temos que a educação deve ser vista como um instrumento essencial à formação ampla, preparando as pessoas e a sociedade para a responsabilidade de construir, coletivamente, um projeto de inclusão social para o Estado. Ou seja, podemos entender a educação como peça fundamental para o desenvolvimento de uma nação (levando em consideração todos os elementos desta). Dai, então, a sua importância.

Dado o ponto-pé inicial, passemos para uma análise do ensino básico no Brasil. Quando escutamos falar do ensino básico brasileiro hoje, o quadro não é muito animador. Muitos são os problemas apontados e estes se acentuam quando passamos à rede pública. No ensino paulista, vemos isso claramente. De acordo com pesquisas sobre educação, os dados paulistas encontram-se sempre aquém dos demais estados da região sudeste.

É também no estado paulista que encontramos o conhecido processo de "progressão continuada". Preocupado apenas com o resultado quantitativo, e deixando de lado a questão qualitativa, diversas escolas foram abertas (com uma infraestrutura muitas vezes deficiente), acompanhada da contratação de professores que não garante as condições mínimas necessárias para o ensino. Resultado: a progressão continuada é tida por muitas mães, alunos e professores, como mera e simples aprovação automática.

Contudo, quando pensamos no ensino superior público brasileiro, o quadro se inverte: da pior colocação, este passa para a melhor. Mas, por que será que isso acontece? Voltemo-nos, então, para o ensino superior público.

As instituições de ensino superior públicas brasileiras são conhecidas por sua qualidade. Fato inegável, ainda que muitas já apresentem grandes deficiências. Dentro destas, as universidades estaduais paulistas possuem grande destaque e isso pode ser evidenciado através de algumas pesquisas. Estas quase sempre apontam que os profissionais melhor qualificados, em especial, nas áreas de interesse estratégico, são formados nestas instituições ressaltando a pesquisa como fator decisivo para esse sucesso, além de acrescentar conhecimentos e produtos benéficos à sociedade.

Contudo, as medidas que vêm sendo tomadas pelos poderes legislativos e executivos estão tornando inviáveis a manutenção desta qualidade e a expansão de vagas que vem sendo realizada pelo ensino superior público (ainda muito abaixo da necessária). Como resultados concretos desta política adotada que, mais uma vez, trata como elementos distintos e prioriza equivocadamente a expansão de vagas em detrimento da qualidade dos cursos oferecidos por estas instituições, podemos citar a falta de laboratórios e/ou a impossibilidade de manutenção destes, a falta de livros quando não de bibliotecas, a não contratação de docentes e funcionários nos patamares devidos, a abertura de cursos que não possuem condições mínimas para o seu bom funcionamento como a construção de laboratórios e/ou institutos, a falta de uma política consistente que permita, de fato, a permanência do estudante, sem sacrificá-lo por isso, a falta de restaurantes e de moradias, entre outros.

Algumas das consequências acima citadas ainda não se encontram em nossa Universidade. Já outras não podem deixar de ser evidenciadas. E todas elas estão ligadas por um elo: a falta de financiamento.

Mas, como se dá o financiamento da educação no estado de São Paulo? A Constituição paulista garante que 30% dos tributos arrecadados no estado sejam destinados à educação como um todo. Já o financiamento do ensino superior se dá através do repasse de um dos impostos arrecadados em nosso estado: o famoso ICMS, que é cobrado sobre qualquer bem e/ou serviço realizado no estado.

Deste montante arrecadado pelo ICMS, definiu-se um repasse às universidades estaduais paulistas USP, Unesp e Unicamp, partindo de 8,4%, em 1989, e atingido seu limite máximo em 9,57%, a partir de 1994.

Este índice é sempre votado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), responsável por estabelecer as linhas gerais de gastos do estado referentes ao ano seguinte em que a lei é votada. No ano passado, após dez anos de lutas, estudantes, funcionários e docentes conseguiram uma vitória histórica na Assembléia Legislativa do Estado (Alesp): finalmente os deputados votaram um aumento de verbas para a educação como um todo (de 30 para 31% dos tributos) e para o ensino superior (de 9,57% para 10% do ICMS). Contudo, seguindo sua linha política de descompromisso com a educação, o então governador, Geraldo Alckmin, vetou este aumento. A ALESP, que teria o poder de reverter este veto, não o fez.

Este ano, novamente a ALESP votará a LDO, referente ao ano de 2007. Já iniciada, este é um dos espaços onde, aqueles que defendem a educação pública de qualidade e gratuita devem cobrar coerência dos deputados e de todos aqueles que dizem ser a educação importante.

Por fim, deve-se cobrar o financiamento público para a educação, e de nenhum outro tipo, por duas razões: para que a Universidade possa manter sua autonomia frente ao mercado e isso só poderá ser alcançado através financiamento público, pois este é capaz de proporcionar à universidade a capacidade de atender a sociedade como um todo, e não apenas um grupo específico, com objetivos específicos e porque a educação não pode e não deve ser tratada como mercadoria, podendo ter acesso a ela apenas aqueles capazes de comprá-la. Entendendo-a como um importante elemento de transformação e desenvolvimento da nação, esta deve ser pública, gratuita, de qualidade e para todos.



Mobilizações por mais verbas para a Educação, ocorridas no ano passado.

Universidade Pública e Neoliberalismo:

pequeno dicionário do Movimento Estudantil

Mariana Z. Martins
(DCE Unicamp/ CAEF) e
Caio Matsui
(DCE Unicamp e CAFEA)

Quantas vezes já não ouvimos as famosas frases: “contra a Reforma Universitária do Governo Lula, FMI e Banco Mundial”? Aposto que qualquer estudante de uma universidade pública deve ter ouvido essas expressões mais de mil vezes. Inclusive aposto também que pouco isso significou e poucas vezes paramos e pensamos o que isso realmente representa.

Vamos tentar agora, já que muita gente tá esperando por isso, desvendar o que a famigerada “universitária-lula-neoliberal-governo-reforma-banco mundial” - ou qualquer expressão que contenham tais palavras significa e se reflete na prática para a universidade pública.

A Reforma Neoliberal do Governo Federal!

Começamos pelo princípio de desvendar o que significa a Reforma Universitária como uma Reforma Neoliberal. O Neoliberalismo é a solução que o capitalismo encontrou para sair de uma crise que o estado do bem estar social passava. Nesse sentido, contraria muito dos princípios deste último, pois reformula a ação do Estado. Essa reformulação faz com que ele se torne forte no momento de assegurar o lucro do banqueiros estrangeiros, ao garantir de qualquer maneira o pagamento da dívida pública, tendo como consequência disso algumas ações como garantia de elevado superávit primário, alta taxa de juros etc. Por outro lado, a ação do Estado com relação às políticas sociais, principalmente no que diz respeito aos direitos da população, é enxugada cada vez mais. Dessa forma, se transforma a ação do Estado com relação aos direitos: ao invés de provê-los, ele passa a geri-los.

Essa inversão de função traz uma política perversa. Pouco serão os investimentos públicos para os serviços públicos e maior será a abertura a iniciativa privada, criando um novo mercado, o de direitos sociais. Dessa forma, por falta de financiamento, todos os serviços e direitos que o Estado oferece passam por uma forte deterioração, de forma a impor que o Estado é ineficiente nessas tarefas, portanto, não deve se propor a fazê-las. É o que vemos hoje com relação às Rodovias, por exemplo, em que o descaso do Governo do Estado de São Paulo deixou-as sucateadas e a iniciativa privada, ao assumi-la e reforma-la virou o modelo de gestão de estradas, ficando quase como um “crime” para o governo tentar mantê-las públicas.

O Neoliberalismo na Educação.

Na Educação e na universidade não é diferente. A falta de financiamento público dado pelo descaso dos últimos governos com a educação. O governo de FHC vetou o aumento ao financiamento federal que o PNE propunha. E o governo Lula mantém a mesma política, deixando escasso e insuficiente o financiamento público e seu projeto de Reforma Universitária propunha uma fórmula que inclusive reduziria esse montante de verbas destinado. Isso acarreta uma grande dificuldade na manutenção da qualidade dos cursos, o que provoca o presente sucateamento do ensino público, colocando ainda em risco a sua gratuidade e sua autonomia.

Essa política também provocou na década de 1990 um crescimento exorbitante da quantidade de universidades particulares no país. Esse “boom” das privadas é a explicitação da necessidade de mais e maiores mercados para os capitalistas, de forma que a educação, a saúde, ante direitos básicos e fundamentais, viram mercadorias, sem regulamentação alguma, deixando esses empresários “do mercado de direitos” dançando e rolando com seus lucros exorbitante.

Infelizmente, o avanço neoliberal na educação não se dá só na escala federal, mas também fortemente no âmbito estadual. No ano passado, organizamos toda uma mobilização contra o veto do governador ao aumento de verbas para a educação na LDO (lei de diretrizes orçamentárias) 2006. Esse aumento foi conquistado a duras penas pelo movimento de educação, que há anos reivindica-o. Como resposta a essa conquista, o governador, arbitrariamente, o vetou, explicitando que seu compromisso não é com a educação pública.

O que o Banco Mundial tem a ver com tudo isso?

Devemos entender que todas as políticas listadas acima são frutos de uma política mais ampla, ditada pelos organismos internacionais geridos pelos mais ricos países do globo, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento ou, simplesmente, Banco Mundial).

Em documentos, como “A Educação Superior: lições da experiência”, o banco destaca o papel fundamental da educação superior no desenvolvimento econômico e social. Faz severas críticas ao modelo de educação pública nos países de terceiro mundo e atribui à educação pública um dos motivos para o atraso de tais países. Este documento é uma orientação para a implantação das políticas neoliberais na educação.

Por essa razão, o banco traça as principais diretrizes a serem adotadas para reformar o ensino superior: 1. Devem ser estimuladas a diversificação das instituições públicas, a competitividade entre elas; 2. Deve ser estimulada a ampliação de instituições privadas; 3. As instituições públicas devem buscar fontes alternativas de financiamento, incluindo a cobrança de taxas dos alunos; 4. O financiamento do estado deve corresponder ao aumento de produtividade da instituição; 5. Deve ser redefinido o papel do estado em relação ao ensino superior, devendo sua atuação estar estreitamente vinculada à melhoria da qualidade acadêmica e institucional.

Essas determinações ficaram bastante claras quando pensamos alguns dos rumos que os últimos governos têm tomado, como é o caso da Avaliação. No governo FHC, o modelo de avaliação era o provão, que avaliava, ranqueava e punia. O Governo Lula manteve a mesma lógica, através do Sinaes, que estimula a competição entre as universidades, dá dinheiro para a instituição que tiver melhor desempenho, estimulando a competitividade entre todas. Com relação ao financiamento, a escassez de verba pública faz com que nossas universidades públicas vendam seus cursos, estruturas e pesquisas para captar dinheiro com a iniciativa privada.

Tendo clara a importância desse “lugar comum”, cabe a nós estudantes, defensores da universidade pública, gratuita e de qualidade, organizarmos a resistência a essa avanço neoliberal. Cabe a nós, também, trazer mais gente para essa luta, dialogando com quem ainda não entendeu a importância dessa causa. Devemos lutar para o aumento do repasse de verbas na LDO 2007, fazer uma avaliação institucional que tente trazer melhorias e avanços para garantir a qualidade dos cursos, enfim, empenharmo-nos na defesa de nossa universidade. Então, vamos à Campanha em Defesa da Educação Pública!



Ciência e Tecnologia na universidade:

qual desenvolvimento, para quem?

Artur Monte Cardoso
(Economia 04, coordenador do DCE) e
Ricardo "Bob" Alves de Souza
(Farmácia 04, coordenador do CAFARMA)

A Unicamp, segundo dados colocados em seu portal na internet, responde por 15% de toda a pesquisa universitária brasileira, sendo "conhecida tanto pela excelência de seu ensino quanto pela realização de pesquisas avançadas nas áreas em que atua". Cerca de metade de seus estudantes estão na pós-graduação, em mais de cem cursos diferentes, e a universidade se vangloria de sua forte integração ensino-pesquisa, com o incentivo à iniciação científica, por exemplo. Se, por um lado, os números revelam o inegável papel de destaque da Unicamp no cenário da ciência e tecnologia, por outro deixa de abordar para que e para quem serve tal pesquisa; este é o objetivo deste texto.

A ciência e a tecnologia são atividades articuladas com o longo processo histórico da humanidade buscar compreender e comandar o mundo em que vive. Dentro disso, a tecnologia diz respeito, mais especificamente, à ampliação da produtividade do trabalho humano, produzir mais com menos esforço, de criar objetos que sirvam à melhoria das condições de vida, do simples martelo aos medicamentos modernos.

A partir da Revolução Industrial e da consolidação da sociedade capitalista moderna, a ciência e a tecnologia sofreram um vigoroso impulso, até os dias de hoje. Em pouco mais de duzentos anos, revolucionaram-se os processos produtivos, as fontes de energia (da tração animal e hidráulica ao uso da energia elétrica, química e nuclear), os transportes e comunicações. Avançaram a produção de alimentos (a ponto de chegarmos ao potencial de produção para todo o planeta), as condições de saúde e longevidade e os meios de comunicação.

Se a tecnologia serviu ao processo produtivo (nos diferentes modos de produção da História), no capitalismo isto se aprofunda: estreitaram-se os laços das empresas e da produção de conhecimentos, a tal ponto de subordinação da atividade científica. Ou seja, os interesses dos capitalistas, como a busca por produzir novos produtos e pelo aumento da produtividade do trabalhador, submeteram a pesquisa "pura e aplicada".

Inicialmente, este processo ocorreu na contratação de alguns inventores (incluindo os das universidades) e, em países pioneiros, na formação de pequenos laboratórios de pesquisa nas próprias empresas. A partir do pós-guerra, em todo o mundo amplia-se a tendência, já iniciada nos EUA, de as empresas investirem pesado em P&D (pesquisa e desenvolvimento), com seus próprios laboratórios e no financiamento de pesquisas em centros públicos.

No Brasil, o processo ocorreu com base nas peculiaridades de um país subdesenvolvido e dependente. Até a década de 50, a industrialização tinha como principal pilar o planejamento e intervenção do Estado, incluindo a criação da Petrobrás, do então BNDE, da Capes e do CNPq. A partir do governo de Juscelino Kubitschek, cristalizou-se um processo de dependência tecnológica, com a entrada de empresas multinacionais (que era maioria nos setores de tecnologia avançada). Isto significou a importação de grandes cifras em tecnologia, royalties, patentes e assistência técnica, e a subordinação aos padrões de consumo e produção impostos pelas potências capitalistas.

É neste cenário, inclusive, que nasceu a Unicamp. Como está escrito na seção de Memória, no Portal da Unicamp, "1966: (...) O lançamento da pedra fundamental acontece um mês depois de Zeferino Vaz se reunir com empresários da região para definir o perfil dos cursos a serem implantados." Desde o seu início, a Unicamp seguiu a tendência de forte integração com o setor privado, no que pesquisa e no que ensina. Na sua organização, seguiu à risca o modelo empresarial de universidade, da Reforma Universitária de 1968

(realizada com o acordo MEC-USAID): organização em departamentos, sistema de créditos para disciplinas, exame vestibular, entre outros aspectos.

O processo de desenvolvimento tecnológico no Brasil seguiu nos últimos anos com um caráter contraditório. Se enxergarmos alguns números, assistimos ao crescimento do número de pesquisadores (26 mil em 1995 e 77 mil em 2004) e de cursos de pós-graduação, do financiamento total a P&D (0,76% do PIB em 1990 e pouco mais de 1% em 2000 e 0,95% em 2003), da participação em publicações internacionais (em 2003, 1,55% do total mundial). Contudo, o que se observa é a diminuição do total investido em P&D em números absolutos (US\$ 6,13 bi em 1995 e 4,82 bi em 2003), e a origem do financiamento (em 1990, 76% era público e 59% em 2003). Projetos morreram para sempre (como o de produção de computadores no Brasil) e quase todos os centros públicos de pesquisas vivem asfixiados pela falta de financiamento. Quando possuem verbas, elas vêm do setor privado em boa parte.

Isto quer dizer que a ciência e a tecnologia vive uma dupla crise no Brasil. A primeira face é a de sua dependência de tecnologia externa, construída nas últimas décadas, reforçada com o desmonte dos projetos nacionais de pesquisa (inclusive os constituídos durante a Ditadura), especialmente os públicos. Só em remessas ao exterior por contratos de tecnologia e correlatos, subiu de US\$ 960 milhões em 1996 para 1,58 bilhões em 2002, em um processo crescente. Este processo é acompanhado por um processo de especialização da produção do país, onde voltamos a produzir certos tipos de bens, a maioria de baixo valor. Com a abertura comercial dos anos 90 e o Plano Real (a partir de 94), o Brasil perdeu diversos setores produtivos, várias fábricas fecharam; hoje, montamos celulares e aviões, mas não fabricamos as suas peças fundamentais; ao mesmo tempo, avança o agronegócio, exportando soja, como fazíamos com o café há décadas atrás.

A segunda face é privatização do avanço técnico e científico. À medida que caiu o gasto público no setor, aumenta o privado, inclusive sobre centros e universidades públicas. Com a Lei de Inovação Tecnológica proposta pelo governo Lula e aprovada em 2004, está legalizado o convênio público-privado, com o uso da infra-estrutura e dos pesquisadores públicos, com garantias de sigilo de pesquisa, patentes e complementação de ganhos do pesquisador.

É o que já ocorre na Unicamp, via Funcamp, INOVA entre outros órgãos. É uma contradição: o avanço de nossos conhecimentos não podem ser levados a todos porque estão subordinados à lógica de mercado - não traz lucro, não se pesquisa nem se produz! A Faculdade de Engenharia de Alimentos discute as causas da fome no país? O curso de Farmácia vislumbra pesquisas para comércio de novos cosméticos, mas e os milhões que morrem de malária no mundo? Estamos desenvolvendo tecnologias para habitações populares, para acesso à tecnologia de informação?

Enquanto permanecer esta crise, todos os benefícios potenciais de nossa ciência e tecnologia não serão concretizados, e o trabalho de vários cientistas e engenheiros terá que se submeter ao critério do lucro. Precisamos de um novo projeto para o país, que reestruture o setor de pesquisa público, que reoriente as linhas para os grandes problemas de saúde, habitação, saneamento, comunicação, reforma agrária, dentre outros tantos. Além disso, que haja garantia que nossos cientistas e engenheiros possam trabalhar com estes fins públicos, além de meios de universalizar estes benefícios, contra a correnteza da apropriação privada do conhecimento.

Este desafio está colocado para a universidade pública e o movimento estudantil deve tê-lo como importante tema de nossa reflexão e atuação. [Dados citados da revista Retrato do Brasil, no. 7, fev-mar 2006.]

“A luta por transformar a universidade: derrotar os governistas e nos unir aos trabalhadores”

Entrevista realizada por Ricardo Festi, militante da Liga Estratégia Revolucionária, impulsionando o Movimento A Plenos Pulmões.

Nesta entrevista, Mazé, trabalhadora da USP, membro do Conselho de Representante de Base, militante da Liga Estratégia Revolucionária, fala sobre as lutas nas universidades, a terceirização, o último Congresso dos Trabalhadores desta universidade e sobre a necessidade dos estudantes e trabalhadores se unirem.

1. No ano passado tivemos uma importante luta por mais verbas para a educação contra o veto do governador Geraldo Alckmin, chegando a ocupar a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. No entanto, fomos derrotados, o veto se manteve e o problema financeiro das universidades continua aumentando. Qual a sua avaliação e quais são as lições que devemos tirar dessa luta?

Que não podemos mais separar a luta por salário, a luta por mais verbas para a universidade e a luta por democracia dentro da universidade. O ano passado foi uma prova evidente disso. Primeiro, fizemos uma campanha salarial em que recebemos um aumento miserável. Depois houve uma greve por mais verbas, mas que ficou restrita a alguns setores de vanguarda. E uma semana depois de encerrar a greve fizemos um ato na frente da reitoria da USP contra a estrutura de poder quase monárquica que existe na universidade. Mas, obviamente, o ato foi esvaziado. Todo ano é a mesma coisa. Os trabalhadores fazem lutas fortíssimas. Mas o Fórum das Seis canaliza o eixo das lutas na questão salarial. E assim que é levantada a mobilização por salário, enche como muito meia dúzia de ônibus para ir protestar na Assembléia Legislativa no dia da votação da LDO. Nessa estratégia, a pauta estudantil também fica sempre relegada para um segundo plano. Na grande greve de 2000 chegou a ser ridículo. Foi uma greve que juntou dezenas de milhares nas ruas, chegando a unificar com outros setores do funcionalismo público nas manifestações. E uma semana depois de levantada a greve o Fórum das Seis organizou uma caravana para o dia da votação da LDO na Assembléia e não conseguiu nem encher o plenário. Precisamos superar esta estratégia. A luta por salário precisa ser inseparável da luta por mais verbas. Só assim poderemos conquistar o salário mínimo do Dieese para todos os trabalhadores. Só assim poderemos incorporar os terceirizados aos quadros da universidade. Só assim poderemos conquistar uma verdadeira assistência estudantil, contratação de professores e as demais reivindicações dos estudantes.

2. O Fórum das Seis está puxando uma “Campanha por mais verbas para a educação pública”. Qual deve ser a tarefa dos estudantes e trabalhadores para que esta campanha seja vitoriosa?

Fazer reuniões unificadas entre funcionários, professores e estudantes em cada unidade agora durante a campanha salarial. Colocar estas reuniões a serviço de preparar uma forte greve capaz de se enfrentar com o governo do Estado e conquistar as reivindicações dos três setores. Votar nestas reuniões delegados que levem o conteúdo discutido, votado e implementado nessas reuniões às assembleias de cada setor, aos comandos de mobilização e ao Fórum das Seis. Lutar para que o Fórum das seis tome medidas concretas de mobilização e para que não reduza a campanha salarial à luta apenas por salário.

3. O que significa a resolução votada no 4º Congresso de trabalhadores da USP sobre a construção de uma oposição sindical aqui na Unicamp?

A direção do STU é composta por governistas do PCdoB. Nós do Sintusp fazemos parte da Conlutas, que é uma coordenação de sindicatos e oposições sindicais que luta contra o governo, a burocracia sindical e os partidos políticos que os sustentam, como por exemplo o PT e o PCdoB. A direção do PCdoB no STU é um entrave para a luta dos funcionários da Unicamp. Como os funcionários da Unicamp vão lutar contra as reformas trabalhista, sindical se a sua direção pertence um partido que está no governo contribuindo para a aplicação destas reformas? Como os funcionários da Unicamp vão lutar contra a privatização da universidade se fazem parte de um partido que, na direção da UNE, defende a reforma universitária que destina verbas públicas para os tubarões do ensino privado? Como os funcionários da Unicamp vão lutar

conseqüentemente contra a desvinculação e a privatização do HU se fazem parte de um partido que, com Aldo Rebelo Presidente na Câmara Legislativa Federal, cumpre um papel chave no governo neoliberal de Lula? Os trabalhadores da Unicamp precisam organizar uma oposição antigovernista e antiburocrática que se ligue à Conlutas, expulse os burocratas do PCdoB de seu sindicato e recuperem o STU como uma ferramenta de luta. E o Sintusp precisa fazer o que estiver ao seu alcance para ajudá-los. Este é o significado da resolução que votamos no 4º Congresso dos trabalhadores da USP.

4. A terceirização é um problema sério nas universidades. Na USP e na Unicamp este processo de precarização do trabalho está bastante avançado. Os terceirizados não possuem os mesmos direitos que os concursados: têm salários menores, não podem fazer em greve. Nas greves das universidades, percebemos que a universidade se mantém funcionando pelos terceirizados. Como unir estes terceirizados com os concursados numa reivindicação unitária? É possível?

As experiências que vivemos na USP no último período demonstram que é possível. A chave está em que os trabalhadores “efetivos” percebam que, na medida em que lutam junto com os terceirizados, estão lutando em defesa de seu próprio emprego. Pois os terceirizados são muito mais baratos para a reitoria que os trabalhadores “efetivos”. E se não revertemos o processo de terceirização, amanhã serão nossos próprios postos de trabalho que estarão sendo terceirizados. Na USP, nos últimos 15 anos, foram terceirizados mais de 3.500 postos de trabalho. Sabemos que na Unicamp é pior. Que chega a 50% da categoria. Além disso, com a terceirização a reitoria impõe uma divisão dentro dos trabalhadores da universidade, pois os trabalhadores terceirizados passam a ter um outro patrão e um outro sindicato. Por isso o que acontece na USP tem que ser um exemplo para os trabalhadores em todo o país. No 4º Congresso votamos que lutaremos pela incorporação de todos os terceirizados aos quadros da universidade com iguais salários e iguais direitos ao dos trabalhadores “efetivos” e sem necessidade de concurso público. Votamos também a filiação dos terceirizados ao Sintusp. Este foi um passo extremamente importante, que agora precisamos lutar para colocá-lo em prática.

5. Você faz parte da diretoria do Sintusp?

Não. Estou fora da diretoria. Sou parte do Conselho de Diretores de Base da categoria, que é uma espécie de delegado sindical de base que temos. Junto com outros companheiros trabalhadores de algumas unidades da USP, como Brandão na Prefeitura do Campus e Marcelo e Pablo na Edusp, além de outros companheiros e companheiras, formamos uma corrente político-sindical que tem diferenças com o grupo que hoje dirige o sindicato. Atuamos em conjunto com os estudantes, como o Movimento A Plenos Pulmões, que sempre se mobilizam para apoiar as lutas dos trabalhadores. Nos pontos em que temos acordo com a diretoria do sindicato, atuamos em frente única com eles, como por exemplo em vários momentos da luta dos terceirizados. Entretanto, em outras questões que não temos acordo, cada grupo luta por suas posições junto aos trabalhadores. Como por exemplo na questão do STU. No 4º Congresso da USP, a diretoria do sindicato foi contra essa resolução. Mas foi derrotada. Ainda assim, não está fazendo nada para implementá-la. Também no 4º Congresso a diretoria do Sintusp defendeu o Fórum das Seis como ele é hoje, enquanto nós defendemos que o Fórum passasse a funcionar através de plenárias com delegados mandatados eleitos nas assembleias de base de funcionários, professores e estudantes das três universidades. Aqui também a diretoria foi derrotada e nossa proposta foi aprovada. Entretanto, obviamente, não estão trabalhando para colocá-la em prática. Por isso aqui novamente chamamos os estudantes, funcionários e professores combativos da Unicamp a lutar junto conosco para concretizar essa bandeira de luta dos trabalhadores da USP.

